



A PAC, ENTRE A LEVEZA DO SABER E A RAPIDEZ NO FAZER

TEXTO

MIGUEL FREITAS

 Professor da
Universidade do Algarve

Na sua lição sobre leveza, incluída nas “*Seis propostas para o próximo milénio*” (1984), Italo Calvino refere que “hoje todos os ramos da ciência parecem querer demonstrar-nos que o mundo assenta em entidades delicadíssimas, tal como as mensagens do ADN, os impulsos dos neurónios, os quarks, os neutrinos vagueando pelo espaço...e os bits de um fluxo de informação que corre por circuitos sob a forma de impulsos eletrónicos. Continuam a existir máquinas de ferro, mas obedecem aos bits sem peso”.



Achei que era bom começar por aqui. O tempo que vivemos faz-nos retomar duas certezas: tudo está ligado, nessa enorme complexidade de pequenas coisas dos ecossistemas naturais e humanos e só os caminhos do conhecimento e da ciência nos permitem encontrar respostas informadas aos gigantescos desafios que temos pela frente. A política não está acima desta constatação. Este é o momento em que mais precisamos de lideranças capazes de compreender o futuro presente e de ter a humildade de construir soluções partilhadas, ouvindo quem sabe e quem faz. Temos muito para mudar. Entre a leveza do saber e a rapidez no fazer.

Um vírus parou o mundo. Esta crise pandémica é a primeira verdadeiramente global, pois não poupa ninguém em todas as geografias. É, também, uma crise da globalização, porque atinge o seu centro nevrálgico: a mobilidade de pessoas, de mercadorias e de financiamento, questionando a velha ordem do comércio mundial e paralisando os

fóruns multilaterais, já muito fragilizados. Haverá a propensão para os blocos regionais serem ainda mais protecionistas. E as políticas públicas vão ser mais interventivas nos mercados, à procura de um modelo diferente de globalização. “Distanciamento social”, esse conceito comportamental que veio para ficar, não se sabe por quanto tempo, parece trazer consigo efeitos disruptivos, que vão acelerar as mudanças de paradigma ecológico, económico, social e humano, decorrentes da emergência climática, do imperativo da descarbonização e circularidade da economia, da proteção de biodiversidade e de remuneração justa dos serviços dos ecossistemas, da transformação digital e da robótica. O racional técnico vai ser pressionado por uma consciência coletiva ainda mais exigente em termos ambientais e de saúde. É para isso que nos temos de preparar.

Há várias coisas que já sabemos do ponto de vista económico: (1) esta não é uma crise igual às outras, porque afeta simultaneamente procura e oferta de bens e serviços; (2) afeta tanto o mercado interno como as exportações; (3) afeta de forma assimétrica os vários sectores da economia; (4) vai ser duradoura nos seus efeitos, com dois a três semestres de destruição de valor, de empresas e de empregos; (5) vai golpear os mais pobres e vão aumentar as desigualdades; (6) há possíveis alterações estruturais que nos vão confrontar com a necessidade de acelerar a transição dos modelos de produção e estilos de vida.

Esta onda de choque de enormíssimas proporções, de que só conhecemos a primeira vaga, já mobiliza verbas exorbitantes em todo o mundo. A União Europeia discute agora o seu Plano de Recuperação e Resiliência sem ambiguidades, orientando-o para o investimento público, a sustentabilidade, a transformação digital e o emprego. O Pacto Ecológico Europeu é mesmo o referencial para todas as políticas públicas.

Nesta perspetiva, a Comissão Europeia lançou duas iniciativas importantes: a “Estratégia do Prado ao Prato para um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente” e a “Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030”. Refiro isto, pois estas duas comunicações vão conformar a programação no âmbito da PAC.



1. MIGUEL FREITAS NUM EVENTO REALIZADO NA CONFAGRI

REDUZIR A PEGADA ECOLÓGICA E CLIMÁTICA DA CADEIA ALIMENTAR E FLORESTAL

Com esse sentido estratégico, torna-se essencial promover os sistemas de alimentação sustentável, aproximando agricultura e ambiente, introduzindo a certificação hídrica enquanto elemento medidor da eficiência do uso da água, incorporando a circularidade no uso dos resíduos e dos desperdícios alimentares, e estimulando a alteração de comportamentos de compra para agilizar circuitos de proximidade e hábitos de consumo saudáveis, tecendo uma nova relação entre os espaços urbanos e rurais.

A estruturação dos mercados institucionais de alimentos, através da agilização das

Esta crise pandémica é a primeira verdadeiramente global, pois não poupa ninguém em todas as geografias e atinge o seu centro nevrálgico: a mobilidade de pessoas, de mercadorias e de financiamento.

compras públicas, pode ser o motor de arranque para o novo começo, mas é necessário alterar o racional de otimização de abastecimento ao mais baixo preço das cantinas sociais. Em Portugal, um milhão de refeições diárias são servidas nos sistemas de saúde, educação e segurança social. É um mercado de 500 milhões de euros. Uma “bazuca” com potencial para organizar, de forma pro-

gressiva, os mercados públicos a partir de compras de proximidade e estimular modelos colaborativos na agricultura familiar, com o sector cooperativo a ganhar centralidade.

Por outro lado, a produção pecuária vai ser pressionada pelo imperativo da descarbonização, o que implica a promoção de modelos de exploração integrada e multifuncional, com estímulo à extensificação com recurso a pastagens melhoradas, com o uso suplementar de novos alimentos e aditivos para animais e a reciclagem de resíduos orgânicos para adubos renováveis e produção de energia limpa a partir de biogás. Isto é, um enorme espaço para a ação da bioeconomia circular.

A agricultura biológica, enquanto referencial de produção menos poluente e mais “natural”, terá um impulso extraordinário para atingir a meta proposta pela Comissão de 25% das terras agrícolas da União Europeia em 2030. Em Portugal, este objetivo obriga a melhor informação

e alterar o perfil de ocupação do solo. São dois desafios tremendos, para os quais temos de fazer escolhas e mesmo mudanças radicais.

A ecorevolução na floresta faz-se essencialmente com intervenções territoriais integradas, a partir de planos de paisagem, remuneração de serviços ecossistémicos e o reforço da gestão agrupada. Para isso, temos de fazer o mapeamento e valoração dos serviços ecossistémicos, a partir dos territórios intermunicipais, e definir prioridades de reconversão (substituição de eucalipto por espécies de crescimento lento, em zonas sensíveis), de manutenção (sistemas agro-silvo-pastoris) e restauro (bosquetes e linhas de água, para recuperação de áreas de espécies autóctones e galerias ripícolas).

Mas o sentido de sustentabilidade deve ser extensivo aos sistemas agrícolas de regadio e aos planos sectoriais. O Plano de Sustentabilidade da Vinha do Alentejo constitui um excelente e instrutivo

A INOVAÇÃO, A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A pandemia foi um acelerador da transformação digital. As plataformas tecnológicas asseguram que podemos estar ligados, onde quer que estejamos. Descobrimos que já não precisamos de nos deslocar permanentemente. Podemos fazer reuniões a partir de casa, do carro, do hotel ou mesmo durante a caminhada no meio da montanha, a partir dos nossos portáteis. O mundo mudou. A agricultura de precisão é cada vez mais o referencial. Satélites, drones, sensores, chips, sondas, GPS, tablets, Apps, captação, armazenagem e gestão de informação, diferenciação em tempo oportuno no uso dos fatores de produção, a condução autónoma, a robótica sensorial e logística, permitem soluções inovadoras para a agricultura, para a pecuária, para a floresta. Nesta mudança de racional técnico já não se fala apenas de eficiência, mas de otimização, o que nos leva a pensar que “o ótimo já não é inimigo do bom” e estamos perante um choque tecnológico que nos abre outras fronteiras nas formas de exercer a atividade.

Ao introduzir uma visão sistémica e integrada, a agricultura de precisão constitui uma esperança renovada, não apenas para reduzir a pegada hídrica e carbónica das atividades, mas também para a regeneração, reposição e recuperação do potencial produtivo de muitas áreas em risco de abandono. Um novo paradigma agroambiental pode, a partir daqui, estimular a intensificação sustentável, viabilizando sistemas agrários com forte impacto nas paisagens alimentares e florestais do país. A produtividade pode, assim, ser amiga do ambiente.

Novos modelos de gestão, novos modelos de trabalho, novos empregos e novas competências e, acima de tudo, uma atividade realmente mais jovem, são mudanças que certamente se vão operar neste novo mundo em gestação. Os novos instrumentos vão trazer uma simplificação nos processos e procedimentos administrativos. No próximo período de programação, através do sistema de vigilância de zona, os beneficiários de ajudas de superfície terão de fazer apenas uma candidatura para todo o ciclo, pois através de remote sensing será possível validar em permanência a ocupação do solo. A tecnologia ao serviço das pessoas.

A articulação entre plafonamento (com impacto distinto em Portugal se for com corte a todas as ajudas diretas ou apenas ao RPB, como parece mais provável) e o pagamento complementar redistributivo, com o aumento do apoio aos pequenos agricultores, deverá permitir uma maior convergência interna.

e mais conhecimento – está pronto o Observatório da Agricultura Biológica – e modelos de organização mais ajustados – como a criação de Organizações de Produtores Multiproduto – mas, acima de tudo, requer a alteração do perfil de pagamento agroambiental, introduzindo como exigência que parte significativa do que se produz chegue ao consumidor. Na floresta, única mancha territorial nacional com escala para capturar carbono e contribuir para o cumprimento dos nossos compromissos internacionais, confrontamo-nos com dois grandes desafios: 1) um de curto prazo, reduzir a área ardida em Portugal, pois os incêndios têm impacto negativo na emissão de carbono e estimulam o abandono; 2) outro, de médio prazo, que é conseguir inverter a perda de área florestal global

exemplo de programa sectorial integrado, sustentado num manual de regras de adesão ao longo de toda a fileira, onde se destacam como elementos marcantes: a racionalização do uso dos fatores, através da sensorização e computação na sua aplicação; o reforço da multifuncionalidade através de práticas que vão desde o enrelvamento das entrelinhas à incorporação da componente animal; a prioridade à manutenção do solo vivo e da biodiversidade, nomeadamente a avifauna; e as auditorias e recomendações para redução do uso de energia. Defendo que também os regadios deveriam ter planos territoriais de sustentabilidade, onde o restauro de ecossistemas e o uso de recursos e fatores de produção obedecem a lógicas de eficiência e a imperativos de resiliência ambiental.

Vamos ter um tempo de transição para as novas tecnologias digitais e existe o risco de novas ruturas, entre os pioneiros e os aderentes tardios e mesmo os não aderentes, entre territórios de agricultura mais intensiva em torno das bacias de produção próximas das zonas mais urbanizadas e territórios desfavorecidos de zonas mais remotas. A aceleração deste movimento pode trazer novas exclusões.

A Estratégia Digital Nacional, além de assegurar o acesso de todos à infraestrutura, tem de estimular ações coletivas que permitam desenvolver modelos integradores. O desenvolvimento do programa "cabras sapadoras", em que a introdução de cercas eletrónicas e sensores para um maneo adequado, associados a GPS e uma App para saber exatamente a sua localização, como existe no Barroso, mostra bem como se pode repovoar algumas áreas extensivas com pastoreio moderno e sustentável, em áreas agroflorestais, contribuindo para a defesa da floresta contra incêndios, a valorização das raças autóctones e a manutenção de pessoas com melhores condições de vida em territórios de montanha ou de elevado valor natural. Todos os sistemas têm potencial transformador.

A transição energética é outro domínio crucial, cuja prioridade deverá ser o aumento da quota das energias renováveis na produção primária e ao longo de todas as fileiras. A prioridade deverá ser um programa água-energia para a agricultura, com o objetivo de aproveitamento das bacias das albufeiras para instalar painéis solares, em larga escala, que permitam reduzir as perdas de água por evaporação e desenvolver tecnologias de irrigação fotovoltaica de alta potência, para melhorar a eficiência e a sustentabilidade dos sistemas de regadio coletivo. Devem-se, também, criar estímulos a fontes descentralizadas de energia renovável, essencialmente para autoconsumo, capacitando

autoridades públicas e consumidores finais para o uso da tecnologia e para as vantagens na redução de custos económicos e ambientais.

Os Centros de Competência que se constituíram, ancorados em sectores ou temáticas relevantes, são a matriz essencial para a constituição de plataformas estratégicas, muitos dos quais já trabalham, através de Grupos Operacionais, em programas de investigação e inovação. A mais importante

é a inovação institucional, que não se pode perder. Estas parcerias público-privadas têm a responsabilidade de assegurar a rapidez na adesão, sem exclusões, nem fraturas.

UMA PAC MAIS JUSTA COM MAIOR SENTIDO REDISTRIBUTIVO

Estamos no tempo de concretizar mais uma reforma da PAC, admitindo-se que a maior inovação deste exercício está na forma, no sentido de subsidiariedade,

INFACO
www.infaco.com

ELECTROCOUP F3015
NA CONTINUIDADE DO APERFEIÇOAMENTO

BATERIA
ULTRA COMPACTA

POWERCOUP® PW2

EQUIPAMENTO MULTIFUNÇÕES

**1 MOTOR
= 6 FERRAMENTAS**

- Serra Circular
- Corta-Sebes
- Desliadoradora
- Desbastadora
- Varejador
- Serra

LisAgri
Importador Exclusivo para Portugal

dando uma enorme responsabilidade aos Estados-Membros para a elaboração do Plano Estratégico Nacional, reconhecendo a Comissão Europeia a carga burocrática que impende sobre as estruturas intermédias de administração e as consequências sobre os produtores agrícolas e florestais. Mais uma vez a simplificação é palavra-chave, reconhecendo-se que há sinais de uma determinação maior das instituições públicas, a todos os níveis, em melhorar e agilizar as relações com os beneficiários. Por outro lado, a integração dos dois pilares da PAC num único exercício de programação e planeamento, poderá trazer uma maior coerência nas políticas e fazer a passagem de uma aproximação sectorial para uma lógica territorial dos apoios aos agricultores, nomeadamente nas ajudas diretas. Estamos, pois, perante um dos momentos mais exigentes de programação, sendo necessário tomar consciência que é mesmo preciso fazer diferente.

No domínio das ajudas diretas, partindo do princípio que os sectores ligados se devem manter (o que não obsta fazer uma avaliação sobre a necessidade e intensidade das ajudas) e que os apoios aos jovens agricultores não têm margem para crescer, as principais incógnitas da nova formulação são a componente redistributiva (onde inclui o pagamento forfetário específico aos pequenos agricultores) e a nova arquitetura “verde”. A articulação entre plafonamento (com impacto distinto em Portugal se for com corte a todas as ajudas diretas ou apenas ao RPB, como parece mais provável) e o pagamento complementar redistributivo, com o aumento do apoio aos pequenos agricultores, deverá permitir uma maior convergência interna.

É fundamental a territorialização das medidas, para assegurar uma maior equidade nas ajudas entre agricultores, entre sectores e entre regiões, procurando, acima de tudo, que todos os territórios possam expressar o seu potencial produtivo com um sentido transformativo.

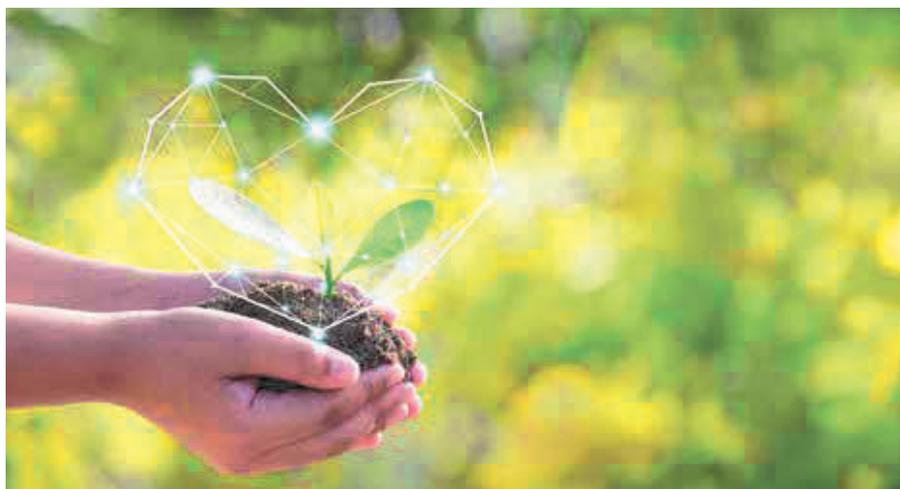
Com a ecocondicionalidade reforçada no primeiro pilar, com sentido obrigatório para os agricultores, o debate deve ser sobre a aplicação do Ecoregime e a sua relação com as medidas agroambientais. Numa primeira aproximação, o programa agroambiental (no segundo pilar, o eixo de conservação tem limite mínimo orçamental obrigatório de 30%), deve ser robustecido com uma forte componente de valorização de serviços dos ecossistemas, para compensar custos de oportunidade, na lógica de contrariar a sobre-extensificação e o abandono. O Ecoregime, deverá incluir medidas, numa lógica de incentivos para contrariar a sobre-intensificação e a poluição, podendo constituir uma forma de ligamento das ajudas à produção para agricultores ativos. É preciso, no entanto, não complicar o que deve ser simplificado. É neste jogo de vasos comunicantes, que o Plano Estratégico integrado permite, que se devem fazer as opções, sendo fundamental a territorialização das medidas,

para assegurar uma maior equidade nas ajudas entre agricultores, entre sectores e entre regiões, procurando, acima de tudo, que todos os territórios possam expressar o seu potencial produtivo com um sentido transformativo.

UM PROGRAMA ESTRATÉGICO DE RUTURA FACE AOS MODELOS DO PASSADO

Estamos a discutir a nova PAC, mas ela só será implementada a partir de 2023. Entretanto, vigorarão as medidas do período de transição, com o reforço dos apoios ao equilíbrio de mercado e à gestão de crises. Simultaneamente, estamos a discutir o Plano de Recuperação Económica, onde certamente a agricultura deve ter a sua parte (com uma proposta da Comissão de mais 15 mil milhões de euros para o FEADER). Não basta dizer que, no quadro da situação atual, não haverá perdas de orçamento relativamente ao ciclo anterior. É preciso exigir que o plano de regadios acelere no âmbito do programa de investimento público, que o programa água-energia possa avançar no domínio da transição energética, que a floresta seja uma das componentes fortes no domínio da sustentabilidade, que o programa *Smart Rural* tenha um forte impulso e que as medidas de apoio às empresas e emprego sejam extensivas ao sector agrícola. A perspectiva que deve prevalecer é de ampliação dos investimentos num quadro plurifundos, contrariando a ideia de que para a agricultura e para as zonas rurais ficam as ajudas em exclusivo da PAC e o resto são “migalhas”. Creio que este é o momento em que precisamos de uma mudança radical na arquitetura e na gestão dos Programas de Desenvolvimento Rural, isto é, um

A perspectiva que deve prevalecer é de ampliação dos investimentos num quadro plurifundos, contrariando a ideia de que para a agricultura e para as zonas rurais ficam as ajudas em exclusivo da PAC e o resto são “migalhas”.



quadro disruptivo de medidas de apoio, com o sentido de priorizar a sustentabilidade, a renovação geracional, a inclusividade e a inovação. Creio que além do diagnóstico e das análises gerais sobre a agricultura portuguesa, deveríamos concretizar planos de sustentabilidade e inovação para os sectores mais competitivos e planos de sustentabilidade e inclusividade integrados para as zonas com debilidades estruturais. O programa VITIS deve servir de referencial para programas sectoriais. Os apoios à renovação geracional devem ser melhorados, no segundo pilar, incentivando a diversificação de atividades, na perspetiva da implementação do conceito de jovem empresário rural. E deve-se concretizar um programa específico para a agricultura familiar, que não tem a ver exclusivamente com o modelo de apoio aos pequenos investimentos que existe atualmente no PDR2020.

A simplificação deve ser a marca do Programa de Desenvolvimento Rural 2030, com um modelo de engenharia financeira que permita apoiar rapidamente a agricultura de maior dimensão e capacidade de investimento. Para estes agricultores, esperar seis a nove meses por respostas, na maior parte negativas, sem alternativa de financiamento, significa muitas vezes perder oportunidades de modernização e de negócio. A linha BEI criada com garantias do estado ou o conjunto de linhas de crédito disponibilizadas no âmbito da Covid-19 podem servir como modelo para esta agricultura, alargando a base e os instrumentos de apoio e dando o sentido de urgência às respostas. O apoio a fundo perdido deve ser orientado para investimentos com o sentido de dar mais sustentabilidade e inovação aos modelos de negócio e promover a renovação geracional, na perspetiva de “capital de risco” ou “capital semente” e para ações integradas, nomeadamente para viabilizar as pequenas agriculturas.

Nestas linhas, talvez muito longas, que escrevi, procurei passar duas ideias: (1) o mundo mudou e são precisas ruturas estratégicas e operacionais; (2) a agricultura, em sentido lato, das políticas às administrações públicas, das organizações sectoriais aos agentes económicos, tem de encontrar respostas inteligentes, sustentáveis e inclusivas para a mudança. Só conciliando a leveza do saber e a rapidez no fazer conseguiremos ultrapassar a crise e alcançar um novo ciclo de desenvolvimento, num quadro de valores e objetivos que projetem um presente futuro diferente. ●

APP CA Seguros

A nova aplicação criada seguramente a pensar em si!



App Store

Google play



● Consulta de Apólices e Documentos

● Simulação e Subscrição de Apólices

● Assistência e Participação de Sinistros

● Actualização de Dados Pessoais



CA SEGUROS • +351 213 806 000
Atendimento Personalizado de 2ª a 6ª feira, das 8h30 às 17h30

Crédito Agrícola Seguros Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.
Rua de Campolide, 372 - 3º Dtº | 1070-040 Lisboa
Email: geral@ca-seguros.pt
apoias@ca-seguros.pt
M.C.R.C. de Lisboa Pessoa Colectiva nº 503 384 089
Capital Social 18.000.000€

creditoagricola.pt

25
anos

CA
Seguros

Grupo Crédito Agrícola